

UMA SOCIOLOGIA QUE SE MISTURA COM O BRASIL: NARRATIVAS SOCIOLÓGICAS BRASILEIRAS SOBRE O QUE É O BRASIL

A SOCIOLOGY THAT BLENDS WITH BRAZIL: BRAZILIAN SOCIOLOGICAL NARRATIVES ABOUT WHAT BRAZIL IS

Alexandre Paz Almeida¹

<https://orcid.org/0000-0001-8840-1826>

Resumo: Na consolidação das ciências sociais no Brasil, nos meios acadêmicos, houve uma preocupação em estabelecer um conhecimento propriamente científico, com bases epistemológicas que pudessem explicar a realidade brasileira, suas condições sociais e culturais em via de desenvolvimento histórico, respectivamente analisando suas contradições econômicas. A partir da tradição sociológica criada na Universidade de São Paulo, nos anos de 1930, há uma tentativa de reestruturação teórica que buscava olhar para o Brasil de modo mais científico e menos ensaísta ou literário. Caberia a ciência desvendar o que seria o Brasil, sua história, sua economia capitalista subdesenvolvida ou dependente, sua nacionalidade e identidade, entre outros fatores que vem agregar uma narrativa de uma país que foi descrito por alguns como híbrido, cordial, patrimonial, passando pelo subdesenvolvido, de modernidade anômala, inacabado ou até mesmo pós-moderno. Aparentemente, as ciências sociais brasileira, na tentativa de fundar determinada ideia sobre o que é o Brasil, parece não ter conseguido desvencilhar um olhar a respeito do que os pensadores sociais, influenciados pelo senso comum, já haviam demonstrado: o Brasil dos brasileiros também pode ser entendido sob a ótica dos esteriótipos que nos define.

Palavras-chave: Brasil; sociologia brasileira; pensadores do brasil; crítica ao pensamento social brasileiro.

Summary: In the consolidation of social sciences in Brazil, within academic circles, there was a concern to establish a body of properly scientific knowledge, with epistemological foundations that could explain Brazilian reality and its sociocultural conditions in the process of historical development, analyzing, respectively, its economic contradictions. Starting from the sociological tradition created at the University of São Paulo in the 1930s, there was an attempt at theoretical restructuring that sought to look at Brazil in a more scientific and less

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Bacharel em Ciências Sociais (UEPB); Mestre e Doutor em Sociologia (UEPB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0056102443626225> E-mail: alex pazalmeida@phb.uespi.br

essayistic or literary way. It would be up to science to unveil what Brazil was, its history, its underdeveloped or dependent capitalist economy, its nationality and identity, among other factors that contribute to a narrative of a country that has been described by some as hybrid, cordial, patrimonial, in transition to underdevelopment, of anomalous modernity, unfinished, or even postmodern. Apparently, Brazilian social sciences, in their attempt to establish a particular idea of what Brazil is, seem incapable of disentangling themselves from what social thinkers, influenced by common sense, had already demonstrated: the Brazil of Brazilians can also be understood through the lens of the stereotypes that define us.

Keywords: Brazil; brazilian sociology; brazilian thinkers; critique of brazilian social thought.

1. INTRODUÇÃO

Buscaremos, neste ensaio, retomar o pensamento de alguns autores que se tornaram clássicos nas ciências sociais brasileiras. Neste sentido, ainda que não se possa generalizar, cabe salientar que boa parte dos pensadores que serão aqui “retratados”, mesmo com suas peculiaridades intelectuais, possui pressupostos teóricos se não comuns, muito próximos. Tais pressupostos dizem respeito à leitura de um Brasil que transita entre o moderno e o tradicional, dilema que se torna o pano de fundo para o “nosso poder do atraso” (MARTINS, 1994), “a nossa subcidadania” (SOUZA, 2017, 2003), o “nosso jeitinho de ser brasileiro” (DaMATTA, 1997; BARBOSA, 1992) ou nosso “sabe com quem está falando?” (DaMATTA, 2020), a nossa “cordialidade” (HOLANDA, 2008), entre outras representações que buscam explicar um *ethos* de brasileiro ou uma brasilidade.

A leitura destes autores nos permite situar um olhar a partir de um discurso que se erige sobre contradições que, segundo Ianni (2002), tenta estabelecer um consenso intelectual em busca de um conceito adequado à explicação da realidade brasileira. Esse conceito mostra-se como expressão de um conhecimento sociológico produzido na constante afirmação do pressuposto de que o Brasil – assim como a América Latina – ao longo de sua história, passaria por estágios de desenvolvimento e superação dos seus males de origem não só econômicos, mas também políticos, sociais, culturais e psicológicos.

As interpretações sociológicas sobre a sociedade brasileira, de algum modo também convergem, para intelectuais como Florestan Fernandes (2003), na consolidação de um conhecimento científico capaz de transformar a realidade social do Brasil, apontando soluções racionais para os problemas diagnosticados como entrave para o desenvolvimento cultural, intelectual, político e social, potencialmente em via de concretização e transformação.

Essa sociologia, na perspectiva de Fernandes (2003), teria um papel fundamental no entendimento, resoluções de problemas e desenvolvimento tanto do ponto de vista científico – racionalmente elaborado através de métodos e procedimentos que possibilitam afirmar o conhecimento sociológico como experiência concreta da sociedade – como do ponto de vista intelectual e educacional, no qual uma “sociedade sociológica” deveria ser fundada como campo de conhecimento e saber.

Desse modo, uma sociologia brasileira ou ciência social feita no Brasil, deveria se empenhar para resolver ou diagnosticar os principais entraves econômicos sociais e culturais de uma país considerado, pejorativamente: subdesenvolvido, periférico, dependente, entre outras tipificações que buscam retratar o Brasil que, agora emergente, ainda mantém uma história anacronia que caminham com uma *modernidade anômala*, como nos mostra Martins (2008, p. 44):

A anomalia está no fato de que se trata de uma modernidade sem crítica – sem consciência de sua *transitoriedade*, de que tudo é moda e passageiro. É modernidade, mas sua constituição e difusão se enredam em referências do tradicionalismo sem se tornar conservadorismo. Porque também desse lado estamos em face do inconcluso, do insuficiente, do posticho (MARTINS, (Grifos do autor).

Diante da situação descrita por Martins (2008), parece que há essa insuficiência entre o atrasado e o que poderia ser moderno, entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento que se rasteja no transitório e passageiro, mas que pode alicerçar-se sob um mote discursivo da pós-modernidade ocidental, como é bem percebido por Barbosa (2000). Assim, teríamos na sociedade brasileira estruturas ou carências de estruturas que permitem pensarmos o ocidente contemporâneo olhando para nosso próprio umbigo? Ou a metáfora do barroquismo, definida também por Martins (2008, p. 22) como “[...] uma travessia, passagem, inacabado e inconcluso, no permanente incompleto, no atravessar sem chegar que está presente nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade”, condiz com a ideia de uma sociedade que se tornou pós-moderna sem ter findado a sua modernidade?

É difícil responder tal questão, porém, quando direcionamos o olhar para nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Roberto DaMatta, Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Guerreiro Ramos, entre tantos outros, percebemos que existe uma construção ou idealização do Brasil a partir dos elementos intrínsecos a uma narrativa entre

o tradicional e o moderno ou o que nunca formos e que talvez podemos ser futuramente. Isso, para esses autores, também faz parte de um dilema existencial que nos acompanha desde tempos remotos, passando do descobrimento colonial até a contemporaneidade e que parece acomodar uma ciência social no Brasil para uma ciência social do Brasil ou brasileira.

2. ENTRE INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONCEITOS E NARRATIVAS: OU UMA SOCIOLOGIA BRASILEIRA QUE BUSCA SABER O QUE SOMOS

Florestan Fernandez faz parte de uma período da sociologia brasileira que buscava a institucionalização das ciências sociais como campo pragmático de afirmação científica, tendo em vista a superação dos processos antagônicos engendrados pela discussão teórica entre centro e periferia, bem como envidava esforços para solucionar as disparidades sociais e econômicas dos países periféricos, sem perder de vista os padrões científicos que reforçam uma afirmação sociológica calcada em níveis relativamente iguais, independentes da condição socioeconômica de cada país. Nas palavras de Fernandes (2003, p.58):

O conhecimento científico não possui dois padrões: um adaptável às *sociedades desenvolvidas*; outro acessível às *sociedades subdesenvolvidas*. Temos de preparar especialistas que sejam capazes de explorar, normalmente, os modelos de observação, análise e explicação da realidade, fornecidos pela ciência (grifos do autor).

Em linhas gerais, Fernandes buscava a afirmação da sociologia equiparada aos demais países desenvolvidos, como campo científico capaz de intervir na realidade, transformando-a. Ao dizer também que não existe um saber científico específico a cada sociedade e isso se aplica à sociologia, poderíamos indagar semelhante ao que faz Faoro (1994) ao perguntar se existe um pensamento político brasileiro, se existiria uma “sociologia ou ciência social brasileira”.

Sabe-se que Faoro se dirige a uma problemática bastante complexa da interpretação política e social brasileira, isto é, semelhante ao que já foi demonstrado com Martins (2008), nossa política ibérica também seria inconclusa, precisamente atávica, devido a um patrimonialismo estamental impedir a consolidação de um liberalismo que seria fundamental aos processos de emancipação democrático nacional, principalmente na “partilha” ou “acesso” das camadas populares ao poder em gerenciar o Estado que, desde o descobrimento brasileiro, sempre foi privatizado aos donos do poder. Com outras palavras, a sociologia faororiana,

alinhadas sob a hermenêutica entre a díade tradicional/moderno, fortemente influenciado pela sociologia weberiana, coloca o Estado brasileiro nas mãos dos governantes e divide a sociedade em estamentos fixos (nobres privilegiados e a ralé despossuída de cidadania).

Não obstante, a sociologia não é apenas *logos*, pronto a orientar a ação prática, como muito se percebe na sociologia de tradição weberiana e do qual Faoro era devedor, é também, antes de tudo, na concepção de Fernandes (2003), uma ciência, e ciência não deve especular, mas mostrar resultados, se não próximos da realidade, que seja de acordo com suas enunciações ou *juízos analíticos elaborados empiricamente*. É desse modo que, enquanto ciência, a sociologia no Brasil, de acordo com um dos seus principais expoentes que foi Florestan Fernandez, deveria ser compreendida como elemento universal de conhecimento.

Oposto ao pensamento de Fernandes, Guerreiro Ramos (1957) buscava uma sociologia que, diferente da sociologia importada de outros países, se adequasse a uma realidade latino-americana, sobretudo a brasileira, via de concretizar uma modernidade longe dos problemas sociais que afligiam as sociedades subdesenvolvidas. Assim, para Guerreiro Ramos, a sociologia enquanto campo de conhecimento científico deveria ajudar, ao menos em parte, a “libertação” das sociedades subdesenvolvidas no que tange a sua dependência cultural e de alienação econômica e política:

Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível do desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, bem como o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957, p.78).

Ramos (1957), chama a sociologia feita no Brasil de “sociologia enlatada”, pois não possibilitaria a livre consciência dos indivíduos imersos na alienação e dependência cultural e econômica, uma vez que seus fundamentos epistemológicos já refletiam o próprio poder alienante das sociedades imperialistas. Neste sentido, um saber sociológico adequado às necessidades da realidade latino-americana se fazia necessário, devendo, reflexivamente, conduzir a estágios de desenvolvimento social e regional do país. Na perspectiva de Guerreiro Ramos, se não existisse uma sociologia plenamente brasileira, ela deveria se concretizar com a finalidade de elucidar e resolver crises e problemas da nação.

Cabe aqui trazer uma breve história sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, tendo em vista o discurso do papel da sociologia como ciência que promoveria não só uma explicação dos nossos problemas sociais, mas na própria interpretação do que seríamos e somos como povo e nação.

Assim, retomando as concepções sobre a “autoridade da sociologia”, tanto do ponto de vista de Florestan Fernandes como de Guerreiro Ramos, se percebe um diálogo de reconhecimento de um campo de saber que começava a ganhar notoriedade nos meios acadêmicos, principalmente com o surgimento da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933 e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1934 e posteriormente com a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, resultando na institucionalização acadêmica das ciências sociais no Brasil.²

Como mostra Peirano (2000), o maior projeto das ciências sociais no Brasil, na década de 1930, sobretudo com a institucionalização da sociologia *uspiana*, seria iluminar os caminhos necessários para o desenvolvimento do espírito nacional à luz do conhecimento científico, rumo a uma moralidade econômica e política que se desenvolvesse em prol da melhoria da vida social do país. Como diz a autora:

No caso brasileiro, as ciências sociais são reconhecidas como saber legítimo quando o país passa a se considerar parte do mundo moderno, idéia dominante a partir da década de 30. Nesse contexto, às ciências sociais coube propor modelos alternativos para o projeto de construção nacional (PEIRANO, 2000, p.223).

Liedke Filho (2005), também mostra que a sociologia, propriamente científica, no Brasil, passou por fases distintas que contemplam primeiramente a experiência do período pré-científico ou dos pensadores sociais. Não devemos também deixar de mencionar os estudos de alguns literatos como mostra Ianni (2002) quando se refere às diversas narrativas que surgem

² Outro centro de pesquisa que teve grande notoriedade nas ciências sociais brasileiras foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Fundado em 1955, o ISEB tinha como um dos principais objetivos difundir pesquisas em ciências sociais no Brasil. Nomes como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Werneck Sodré, entre outros, compuseram a base de intelectuais *isebianos* que preconizava o desenvolvimento brasileiro através da industrialização.

como interpretação do Brasil, caso dos clássicos como *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Macunaima* de Mario de Andrade; *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, entre outros que compõem um período de transição entre uma sociologia de cunho literário e ensaístico para o científico.

Ainda no período pré-científico, que vai da segunda metade do século XIX até meados dos anos de 1920, destacam-se nomes como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico que se dedicou aos estudos sobre raça e direito, com forte influência das teorias lombrosianas; Alberto Seixas Martins Torres (1865-1917) que tinha como preocupação a unidade nacional e da organização social e jurídica brasileira; Manoel Bonfim (1868-1932) que criticou ferozmente a elite brasileira e possuía uma concepção moderna de educação pública e de qualidade como via de desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Entre outros nomes, podemos ainda destacar aqueles que compuseram a Escola Sociológica de Recife, como Tobias Barreto (1839-1889), Silvo Romero (1851-1914) e Joaquin Nabuco (1849-1919), que antecedendo algumas teses de Gilberto Freyre, valorizavam a mestiçagem de raças.

Liedke Filho (2005), diz que as principais influências no pensamento pré-científico das ciências sociais brasileiras estariam, além de Lombroso, em Spencer e Comte, Durkheim e Dewey (estes dois últimos influenciaram significativamente o pensamento de Fernando de Azevedo) assimilando suas teorias aos principais temas que problematizavam a realidade nacional daquele período. Tais temas prevalecerão como tentativa de explicação sociológica da realidade brasileira na busca incessante de desvendar e solucionar problemas de ordem cultural (regionalismo), política (democratização) e biológica (raças) visando, em curto prazo, a evolução da nação.

Como mostra Antonio Candido (2006), no primeiro período da fundação da sociologia brasileira, os temas recorrentes desenvolvidos, sobretudo por juristas, médicos e engenheiros, ou seja, referente aos três cursos básicos que deram alicerces a formação bacharelesca no Brasil,³ tinham como preocupação a evolução da sociedade através da análise científica calcada no evolucionismo biológico, principal influência no desenvolvimento da sociologia brasileira. Assim,

³ O próprio Antonio Candido, antes de cursar ciências sociais na recente Universidade de São Paulo, já havia iniciado o curso de bacharel em direito, não chegando a concluí-lo. Entretanto, em entrevista a Peirano (1990), Candido, por influência do pai, que era médico, prestou vestibular para medicina e não foi aprovado.

A sociologia brasileira formou-se, portanto, sob a égide do evolucionismo e recebeu dela as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marca vários dos seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiados gerais e as grandes sínteses explicativas (CANDIDO, 2006, p. 272).

Entre os nomes destacados por Antonio Candido figuram: Lívio de Castro, Oliveira Viana, Paulo Egídio, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim⁴ e Alberto Torres. Estes nomes marcaram significativamente o início da sociologia e dos estudos sociais brasileiros, sob a luz do evolucionismo biológico.

Falando dos primeiros intérpretes de uma “teoria geral do Brasil”, como processo de transição de uma sociologia evolucionista para “culturalista”, Candido (2006) mostra a importância da obra de Gilberto Freyre que, mesmo ainda descendendo dos princípios evolutivos biológicos⁵, é ponto decisivo de interpretação sociológica, tendo em vista um desdobramento de teorias, métodos e análises que se complementam sob um livre discernimento interdisciplinar, despreocupado com a rigidez sociológica academicista. Nas palavras de Candido (2006, p.283):

[...] Gilberto Freyre é um espírito antiacadêmico por excelência, livre das injunções da compartimentação universitária, despreocupado em estar “fazendo sociologia” e interessado apenas em dar sentido e profundidade a sua análise da sociedade brasileira, circulando livremente da Antropologia Física e Social à geografia humana, à economia, à psicologia (grifos do autor).

A obra de Gilberto Freyre, junto com as de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., marca um período histórico a partir dos anos de 1930 que na concepção de Arruda (2010) se destaca pelos ensaios que procuram interpretar o Brasil diante das novas possibilidades

⁴ No início do texto de Candido (2006), publicado originalmente em 1959, na *Enciclopédia Delta-Larousse*, em nota explicativa o autor deixou claro seu incomodo por naquele período não ter dado a devida importância à obra de Manoel Bonfim.

⁵ “Se Oliveira Viana é um fim da linha de “teoria geral do Brasil”, sob um ponto de vista evolutivo, Gilberto Freyre, embora ligado a ela, é um começo, pela renovação dos métodos e a larga informação teórica em que se fundou” (CANDIDO, 2006, p. 282).

inerentes a uma cultura de vanguarda modernista, desatadas das normas cultas portuguesas, tão presentes na literatura, na arte e nas ciências brasileiras. Diz ela:

Por fim, os ensaístas estavam na origem das ciências sociais entendidas numa acepção abrangente (cf. Araújo, 2005, p. 17) ao elegerem como problema central das suas reflexões os dilemas e as potencialidades do país para construir a sociedade moderna em terras tropicais de origem portuguesa. Este problema ganhou, especificamente, significado naqueles anos de franco reconhecimento do atraso de Portugal e de reordenamento das hegemonias mundiais (ARRUDA, 2010, p.10).

É neste panorama que os primeiros cursos de ciências sociais vão surgir na recente Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, dirigida por Fernando de Azevedo, já com intuito de fundar uma sociologia propriamente científica e acadêmica, diferenciada das análises feitas pelos ensaístas. Entretanto, uma das características da sociologia brasileira, no âmbito acadêmico, no período de fundação da Universidade de São Paulo diz respeito à busca e compreensão do caráter nacional, cuja discussão se prende aos processos de diferenciação cultural e formação do Estado Nacional Brasileiro, em que a identidade e formação da identidade são postos como fundamentação analítica das ciências sociais enquanto campo interdisciplinar.⁶

Neste sentido, parece que por mais que os ensaios fossem “abolidos” da conjuntura acadêmica daquele período, os temas recorrentes ainda estavam em voga como motivação da compreensão e explicação do que seja, contemporaneamente e historicamente, a sociedade brasileira. Não é à toa que grande parte das teses e dissertações de sociologia defendidas na Universidade de São Paulo discorria sobre assuntos relacionados à interpretação de culturas, como é o caso das teses de Florestan Fernandes sobre a função social da guerra na sociedade Tupinambá e Antônio Cândido⁷ sobre o caipira paulistano. Ambos os trabalhos orientados por

⁶Como nos lembra Mariza Corrêa (1988) nos primeiros decênios da sociologia e antropologia propriamente acadêmicas no Brasil, não existiam fronteiras tão marcantes entre essas disciplinas. A partir do início dos anos de 1950 os campos institucionais e disciplinares começavam a se apresentar com mais autonomia, tanto no que diz respeito aos temas de pesquisa, como nas diferenças de abordagens teóricas e metodológicas que assumiam papéis distintos nas disciplinas das ciências sociais brasileiras. Como ainda nos mostra essa autora, Florestan Fernandes e Gioconda Mussolini foram um dos primeiros alunos a defenderem dissertação de mestrado na Escola de Sociologia e Política e ambos apresentaram temáticas sobre etnologia indígena.

⁷ Segundo Peirano (1990), o pluralismo de Antonio Candido, com suas preferências teóricas e literárias, renderam-lhe uma nota abaixo da máxima, devido a Roger Bastide compreender que *Os Parceiros do Rio Bonito* estava carregado de interpretações antropológicas e não sociológicas. O interessante é que, ironicamente, Roger Bastide talvez tivesse sido mais antropólogo do que sociólogo devido a sua grande paixão analítica ressoar

Fernando de Azevedo analisaram, além dos processos de formação cultural e identidade dos sujeitos em foco, as manifestações culturais que se estruturavam pela funcionalidade organizacional de suas estruturas.

Antecedendo *Os Parceiros do Rio Bonito*, tese de Cândido, e *A Função Social da Guerra dos Tupinambás* de Fernandes, Fernando de Azevedo publicou *A Cultura Brasileira* em 1943, obra na qual faz uma análise historiográfica sobre a cultura nacional, tendo como foco de investigação a educação enquanto processo civilizador. O esforço de Azevedo, assim como o de Sergio B. de Holanda, com *Raízes do Brasil*, Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* e Caio Prado Júnior com *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*, foi o de interpretar e explicar o sentido da nacionalidade brasileira.

Nacionalidade esta que se explicaria predominantemente a partir de estereótipos culturais, com visões positivas ou negativas dos significados que compreendem a complexidade brasileira enquanto elementos de uma cultura extremamente heterogênea, marcada por contradições que implicam uma concepção verticalizada de uma análise bipartidária de oposições, ou seja, como nos mostra Livia Barbosa (2000), nestas interpretações culturalistas existe uma dualidade quase inquestionável que explica o caráter nacional brasileiro a partir de sua dupla oposição entre o que seria moderno ou arcaico, colonial ou não colonial, desenvolvido ou subdesenvolvido e assim por diante.

Semelhante a Sérgio Buarque e Gilberto Freyre, em *A Cultural Brasileira*, Azevedo (1958) primeiramente traça os processos que desencadearam a diversidade cultural baseada na literatura, na ciência e artes assim como os fatores que constituíram uma sociedade miscigenada e geograficamente heterogênea, onde as cidades respectivamente aparecem como principal alavanque de desenvolvimento e civilização e, por fim, Azevedo analisa os processos educacionais como via de acesso à civilização e à disseminação da cultura.

Diferente de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, Fernando de Azevedo não enxergava o hibridismo e a formação cultural heterogênea proveniente do “iberismo” como características qualitativas da identidade nacional, ao contrário, a diversidade cultural e suas possíveis formas antagônicas atrapalhavam o desenvolvimento civilizatório da nação. Não obstante, para

nas origens das religiões afro-brasileiras, seus rituais, suas culturas, ou seja, naquilo que se distanciava da sociologia pragmática das sociedades modernas industriais.

Azevedo, o Brasil, mesmo sendo uma nação de formação culturalmente heterogênea, os elementos diferenciadores encontrados, seja na tradição católica portuguesa ou nas manifestações ritualísticas indígenas, possui traços comuns que permitem o sentido de uma unificação cultural e geográfica nacional.

Ao explicar a unidade nacional como elementos idiossincrásicos de um povo unido com propósitos comuns, em que o sentimento nacional reproduz os vínculos necessários para construção de uma identidade, Fernando de Azevedo reconhece a importância das estruturas civilizadoras que transcendem as consciências individuais, como é o caso da educação, passando ao campo coletivo, isto é, unidade e unificação de um povo rumo ao estado-nação civilizado. Esta concepção é fruto da influência durkheimiana no pensamento de Fernando de Azevedo e posteriormente na sociologia brasileira, sobretudo com a consolidação da sociologia feita na Universidade de São Paulo e notoriamente influenciado pelo pensamento colonialista francês, denominado de *missão francesa*.

Ao apresentarmos estas breves notas sobre a história da formação do pensamento sociológico brasileiro, sua descendência funcionalista, positivista e evolucionista, como enfatiza Azevedo (1977)⁸, bem como os processos de transição entre a institucionalização das ciências sociais acadêmicas e suas influências derivadas dos grandes ensaios analíticos, com maior destaque para *Raízes do Brasil* (Holanda), *Casa Grande e Senzala* (Freyre), sem falarmos em *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Jr.) que na concepção de Antonio Candido (2006), são decisivos para se pensar o Brasil, percebe-se um amadurecimento das ciências sociais brasileiras desligadas (ao menos em parte) e longe dos preconceitos incrustados numa tradição que preconizava um Brasil limpo de cor, autoritário e hierarquizado. Candido, no prefácio a *Raízes do Brasil*, refere-se aos autores da seguinte maneira:

Para nós, os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão de Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a crítica dos fundamentos “patriarcais e agrários”, o discernimento das

⁸ Escreveu Fernando de Azevedo (1977, p.11) sobre tais influências teóricas no pensamento sociológico brasileiro: “As influências que parecem preponderar nesses trabalhos, de valor e orientação diferentes, são o positivismo (Comte e Littré), sob cuja inspiração escreveu F. A. Brandão Junior, ‘A Escravidão no Brasil’ (1865); o evolucionismo (Spencer, De Greef, Gumplovicz, etc.), segundo a qual se norteou Silvio Romero, a princípio, e Alberto Sales, e, finalmente a escola antropológica italiana (Sighele, Rossi, Ferri) e as teorias antropogeográfica.”

condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal (CANDIDO, 2006, p.11).

Estes contínuos e descontínuos de interpretações sociológicas, que passam da exaltação nacionalista de um país soberano, do império e do escravizado, da *lavoura arcaica* com seus coronéis, patriarcas e escravistas, ao miscigenado, híbrido e cordial, da *pessoa* que ganha e sabe ganhar o outro na conversa, na malandragem, na política, no direito, faz-nos perceber mais ainda aquilo que Ianni (2002) mencionou como a *busca de um conceito nacional*, isto é, a concepção de que devemos explicar e interpretar o sentido do Brasil, suas dificuldades, seus problemas, sua heterogeneidade cultural e geográfica.

A questão que aparentemente ainda inquieta é desvendar os sentidos da complexidade que envolve os aspectos de uma sociedade fragmentada e inconclusa, “que se moderniza”, “que é moderna”, entretanto vive a tradição da família patriarcal, do favor, do jeitinho, entre outros aspectos que, na concepção de DaMatta (1997), fazem parte do dilema brasileiro, fortificando a ideia de uma sociedade relacional e tratos cordiais.

Cabe aqui também brevemente descrever sobre esse cordialismo, presente em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e que vai permear interpretações sobre um possível caráter nacional. Na descrição do *homem cordial*, Holanda (2008) deixa claro que – diferente da caracterização feita por Ribeiro Couto⁹, pai de tal conceituação e que o concebe com virtudes e boas maneiras, polido, respeitoso e amável para com os outros – a cordialidade permite ao brasileiro uma espécie de resignação que implica a negação individual do sujeito em nome da sociedade da qual faz parte. Como refúgio, a cordialidade é a fuga espontânea da pessoa que não sabe e nem quer ser um indivíduo, do sofrimento angustiado da sua própria existência.

Não é por menos que Holanda cita Nietzsche quando diz que para o *homem cordial* a sua própria existência é seu fardo. É daí que a simplicidade e a simpatia junto com os *sentimentos que emanam do coração* levam à busca pela pessoa: reconhecida, apreciada e estimada ainda que seja no trato relacional do mando e da obediência, em detrimento da condição de indivíduo sem eira nem beira. É desse modo que a cordialidade que emana da família, da emoção e não da razão, dificilmente se ajustaria aos modos racionais de uma burocracia estatal e impessoal. Dificilmente haveria também a quebra da estrutura *patrimonial*

⁹Sobre a origem do termo *homem cordial*, ver Holanda, 2008, pp.146 e 147/204 e 205.

e *estamental*, analisada por Raymundo Faoro ou da dominação patriarcal das *casas grandes* descritas por Freyre (2006).

Mas é também na relação entre a casa grande e a senzala que, diga-se de passagem, detratará Freyre devido sua interpretação romantizada da ordem escravocrática no Brasil, que encontramos o conceito de *hibridez*, antecedendo as definições *híbridas* do pós-modernismo fluído, plural, inacabado, passageiro e indefinido. Essa noção de uma sociedade híbrida que Gilberto Freyre nos mostra repousa não só na ideia da mistura de raças opostas enquanto valor salutar para a construção de uma identidade “luso-afro-ameríndia”, mas também implica as imprecisões e indecisões, o misturado, a mobilidade. É uma descrição de um Brasil geograficamente diversificado, com suas variações climáticas, de solo e que propiciou um desenvolvimento cultural *heterogêneo e plástico*.

A plasticidade e hibridez freiriana sobre o Brasil e a sociedade brasileira, são características positivas de um *modo de ser brasileiro*. Psicologicamente e historicamente indeterminados e fluídos, o Brasil de Freyre conseguiu conjugar o erudito e o popular, o antigo e o novo, o atrasado e o progresso, o subdesenvolvido e o desenvolvido, o tradicional e o moderno, entre outros pares aparentemente antagônicos. Não obstante, é exagero perguntarmos se Gilberto Freyre teria percebido que a sociedade brasileira, sendo genealogicamente híbrida, jamais seria culturalmente moderna? Ou ele antecederia alguns questionamentos feitos pelos teóricos da pós-modernidade, como já havíamos indagado na introdução desse texto, em que a condição contemporânea da modernidade se desfalece no hibridismo?

Retornando a questão com Martins (2008), a modernidade brasileira é anômala, sendo anômala, é deformada e irregular, sendo deformada e irregular, dificilmente vai se encaixar em padrões ou conceitos definidos e acabados. Na visão de Martins (2008, p.42), nossa anomalia também estaria no nosso modo de ser híbrido: “[...] essa cultura híbrida produz uma realidade histórica peculiar – a da lentidão, o decidir lento – e uma estratégia social e uma personalidade básica igualmente peculiar – a da dissimulação”. Para Martins (2008), o Brasil é dissimulado na espontaneidade conveniente de saber viver entre a modernidade capitalista tecnológica globalizada e o atraso da tradição arcaica de uma herança escravista, coronelista ou clientelista que nunca se esforçou para mudar as relações de subempregos, racismos, exclusões e tudo o que possa conservar as relações de mando, obediência, subserviência e autoritarismo que silencia as minorias, os trabalhadores, os despossuídos de cidadania.

O que já discutimos aqui sobre a busca de um conceito para explicar o Brasil: a nacionalidade, a identidade, a formação de um povo, seja híbrido, conservador, moderno anômalo ou pós-moderno, parece se misturar com as proposições analíticas das ciências sociais brasileiras, numa amalgama de definições ou indefinições de arranjos que se aproxima do olhar do senso comum e seus julgamentos intelectuais sobre o que é o Brasil.

A reflexão aqui é de que do *intelectual mais letrado ao menos alfabetizado, do trabalhador braçal ao doutor advogado, da patroa a empregada doméstica*, todos parecem possuir uma ideia bastante reflexiva onde se incorpora um *ethos nacional*, seja para enaltece nossa plasticidade ou degradar nossa autoimagem de vira lata, mesmo que as vezes, positivamente, esteja próxima de um caramelo de beira de esquina.

Para tentar aqui findar essas reflexões, resgatamos o pensamento de Dante Moreira Leite (1969), quando compreendeu que nosso caráter nacional foi forjado por um autoritarismo que operou, psicologicamente, para moldar uma mentalidade estereotipada de um povo corrupto, mau-caráter, indolente, subserviente, cordial ou amável. Para este estudioso do Brasil, este autoritarismo foi pensado ideologicamente, por uma elite que introjetava, na mentalidade do povo, as noções de incapazes, atrasados, subdesenvolvidos.

Da sociologia a psicologia, do jornalismo a literatura, de Gilberto Freyre a Fernando Azevedo, passando por Sérgio Buarque de Holanda, entre tantos outros, Moreira Leite conseguiu perceber que os condicionantes de uma história também autoritária, modelou nossa percepção de brasileiros, ainda que deformados e inacabados. E na falta de uma única ideologia ou conceito que nos defina, nos agarrarmos aos esteriótipos sem sabermos ao certo o que eles são.

3. ALÉM DE UMA CONCLUSÃO

Se fizemos este breve excuro pela história da sociologia no Brasil, em forma de ensaio, foi para melhor ancorar a ideia que nestes descontínuos de interpretações e explicações sociais sobre o Brasil, parece haver uma consolidação de um pensamento social disposto a fundar uma sociologia brasileira, particularmente voltada a compreensão dos dilemas brasileiros, principalmente aqueles que parecem colocar em xeque uma noção, ainda que de modo duvidoso, o que seria ou que faz o Brasil, Brasil? como indaga Roberto DaMatta (1985)

Não queremos aqui discutir legitimidade ou autoridade das disciplinas das ciências humanas enquanto campo pragmático de saber positivo-científico, porém cumpre dizer que há

um elemento bastante comum nas ciências sociais brasileiras. Nas suas produções existe certa flexibilidade teórica e empírica no trato dos elementos que sustentam a realidade estudada. Talvez por isso que em uma gama de interpretações sobre o que é, o que faz, e o que somos enquanto nação, ainda prevaleça a *busca de um conceito* para descrever a vida, a história e o cotidiano do povo brasileiro, com seus mitos, credos, ritos entranhados na política, na economia, nas funções do estado-nacional e na cultura de modo geral.

Estas interpretações se complementam em vários campos disciplinares do conhecimento social e cultural, adentrando nas interpretações e explicações das ciências sociais brasileiras, na arte e literatura, tão discutidas como campo mimético da realidade. Assim, obras produzidas por nomes como o de Antonio Candido ou Gilberto Freyre, por exemplo, que nunca se denominaram sociólogos, antropólogos ou até mesmo críticos literários, possuem características interdisciplinares que dificilmente se encaixariam em uma única especialidade do conhecimento das ciências sociais.

É assim que a preocupação demasiada em saber se um determinado estudo é ou não é sociológico ou antropológico, se se adéqua aos cânones das ciências, retira-nos, em parte, as possibilidades que permitem criar um texto de forma mais espontânea e acessível a um público menos especializado.

Por fim, ao perguntamos se existe uma ciência social brasileira? poderíamos reiterar a afirmação feita por Octávio Ianni (2002) e Roberto Cardoso de Oliveira (2006) que uma das grandes riquezas da nossa ciência social foi se debruçarem sobre a compreensão do que é e o que faz o Brasil contemporâneo e histórico, em que se busca um conceito ou teoria adequada a nossa realidade, predominantemente ancorada nos *mitos fundadores*, na ideia de um caráter nacional vinculado aos estereótipos da raça, da política corrupta, da economia injusta, do Estado ineficiente, do cordialismo, patronato, nepotismo ou malandragem e isso tudo sem perder também aquelas narrativas da gente forte, guerreira, bondosa, hospitaleira, do relacional pessoal e afetivo.

Como diria Roberto DaMatta, os sentidos dos *Brasis* repousa sob culturas múltiplas, oposto ao homogêneo, que antes de possuir *um sentido conceitual*, que diz respeito a legitimidade de um conhecimento ainda reflexo de uma *sociologia enlatada* ou para americano ver, como diria Guerreiro Ramos, traz na dinâmica do relacional suas principais interfaces, onde: “o misturado, a confusão, a combinação, e outras mais” (DaMatta, 1993, p.129) colocam a ideia de Brasil sobre elementos *extra-conceituais*, em que a força do senso comum e seus

permeios também pode motivar a razão de ser ou compreender nossa condição híbrida. Teríamos, talvez neste caso, uma conciliação ou aceitação das nossas anomalias? Aqui temos mais uma questão muito difícil de responder.

Mas antes de findar nosso texto, compreendemos que esse Brasil do patronato, do cordialismo, do atraso e incompleto, do subdesenvolvido, entre outras noções anômalas e que são aparentemente incongruentes com a modernidade, talvez não sejam tão absurdas, como aponta Jessé Souza na sua crítica a intérpretes do Brasil, direcionadas sobretudo a Sérgio Buarque e Raymundo Faoro.

Para Souza (2017), Buarque e Faoro seriam responsáveis na disseminação de uma teoria que seria absorvida pelo senso comum e os meios acadêmicos que, ligados a um culturalismo racial, ocultaria as desigualdades sociais provenientes das mazelas de classes e da herança escravocrata. Seria no conceito de homem cordial de Buarque e de patrimonialismo de Faoro que repousa a imbecilidade intelectual da nossa ciência social e que nos tornou também todos imbecis (SOUZA, 2017). Para Jessé Souza, o cordialismo *buarqueano* conseguiu nos inferiorizar, nos moldou culturalmente a uma psicologia de vira-lata, fazendo acreditarmos que tudo o que era bom e moralmente aceito, seria estrangeiro. Já o patrimonialismo *faoroniano*, culpabilizaria o Estado patronal como responsável por nosso atraso, daí a desconfiança do brasileiro com as estruturas políticas do país e a corrupção estatal.

Chega a ser ingênuo, um intelectual do nível de Jessé Souza, acreditar que existe uma teoria conspiratória, no pensamento de autores como Holanda e Buarque, que vai contribuir para depreciar nossa autoimagem, construindo uma identidade de vira-lata. Nada mais estereotipado do que está sua conceituação que coloca todos como massa de manobra de um pensamento que ele considera elitista e anacrônico.

Vale também ressaltar que Jessé Souza enxerga o pobre brasileiro ou no que ele chama de *ralé* – termo este antes utilizado por Maria Silva de Carvalho Franco (1997) – como pessoas quase desprovidas de inteligência, subordinadas e manipuladas pela elite nacional. Neste caso, parece que Jessé Souza desconhece os processos de resistência e luta das classes trabalhadoras e periféricas sobre a inconformação dos processos históricos que buscou e busca insurgir contra a dominação elitista dos setores conservadores, tanto nos meios políticos como econômicos, a exemplo das revoluções nas senzalas e nos setores urbanos que, segundo Clóvis Moura (2014), foram responsável para desestabilizar o regime escravocrata no Brasil. Com o conceito de *quilombolagem*, Moura (2014) demonstra que os movimentos quilombolas, de guerrilhas e

insurreições foram decisivos para tornar a escravidão economicamente inviável no Brasil. Poderíamos aqui dar vários exemplos que demonstram que nossa condição de vira-lata, amargamente desprovidos de inteligência, como sugere Jessé Souza, talvez não seja tão incompetente para sempre acreditarmos que *políticos são messias, que patrão é bondoso, que juiz de direito é justo e que subcidadão é burro*.

Todavia, assertivamente, Jessé Souza nos fala sobre uma elite que se mantém nos privilégios de uma mercado financeiro protecionista e protegido pelo o Estado (RAYMUNDO FAORO, 2001), das hierarquias forjadas na estrutural de uma escravidão (CLÓVIS MOURA, 2014), das mazelas de classes sociais que nunca foram reconhecidas como classes (FLORESTAN FERNANDES, 2003), pois, como ele mesmo nos mostra, o *subcidadão* além de nascer da carência de uma política que buscasse integrar a *ralé* historicamente excluída (MARIA SÍLVIA DE CARVALHO FRANCO, 1997) também denegriu sua autoimagem nas condições simbólicas que moralmente os desqualificaram. Parece que por mais que Jessé Souza não goste muito das ideias de um Holanda, Faoro e até mesmo um DaMatta, seu olhar sobre o Brasil, mais uma vez, resvala nas noções científicas que tende a imprimir uma marca do que somos, ou seja, de uma *elite do atraso*; da *ralé brasileira*; do *subcidadão*.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. In: *Tempo Social*. vol. 22, n. 1, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, Fernando de. O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil: problemas e orientações. In: BARREIRA, César. (Org.). *A Sociologia no tempo*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 32-48.

AZEVEDO, Fernando de. A sociologia no Brasil. In: *Dicionário de sociologia*, Rio Grande do Sul, Editora Globo, 1977.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. Tomo II.

BARBOSA, Livia. O Brasil pelo avesso: carnavais, malandros e heróis e as interpretações da sociedade brasileira. In: GOMES, L.; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. (Org.). *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis 20 anos depois*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.42-59.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BASTOS, Elide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. In: *Pro-Posições*, V 17. nº3, São Paulo, Unicamp, 2006. Acesso em 05/09/2011. <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/51_dossie_bastoser.pdf>

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. In: *DADOS*, IUPERJ, nº 48, Vol.2, 2005. p. 231-269.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. Patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. In *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, n. 1, 2006, p. 272-301.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a, p. 9-21.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das memórias de um Sargento de Milícias. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, São Paulo: USP, 1970, p.67-89. Disponível em: < <http://www.literatura.pro.br/manuelantonioalmeida.htm> >. Acesso em: 10/02/2011.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. In: *RBCS*, São Paulo, ANPOCS, n. 06, vol. 03, 1988, p.79-98.

DAMATTA, Roberto. *Você sabe com quem está falando?* Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco, (2020)

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. Um indivíduo sem rosto. In DAMATTA, Roberto et al. *Brasileiro: cidadão?* São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993.

DAMATTA, Roberto. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol.1, nº 2. 1985. p. 204-219.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. A concretização da revolução burguesa. In: FERNANDES, F.: *Sociologia crítica e militante*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 425-450.

FERNANDES, Florestan. A sociologia como afirmação. In: BARREIRA, C. (Org). *A Sociologia no tempo*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 49-82.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, L. et al (Orgs). *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis 20 anos depois*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In: *RBCS*, Vol. 17, ano 49, junho/2002, p. 06-10.

LIEDKE FILHO, Enno. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul./dez. 2005, p. 376-437.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Graboys, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

PEIRANO, Mariza G. S. A antropologia como ciência social no Brasil. In: *Etnografia*, vol. IV. (2), Lisboa. 2000, p.219-232.

PEIRANO, Mariza G. S. O pluralismo de Antonio Candido. In: *RBCS*, São Paulo, ANPOCS, n. 5, vol. 12, 1990, p. 41-54.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1965.

PEIRANO, Mariza G. S. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*, São Paulo: Editora Leya, 2017.

PEIRANO, Mariza G. S. (Sub)cidadania e naturalização da desigualdade: um estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica. In: *Política e Trabalho*, João Pessoa: PPGS/UFPB, n. 22, 2005.

PEIRANO, Mariza G. S. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.